confidenciais prestadas pelos directores gerais ou chefes de serviço sob cujas ordens os mesmos tenham servido, ainda que já se não encontrem na situação de actividade.

Art. 5.º A verificação da capacidade física e mental dos candidatos à promoção compete à junta médica do Ministério do Comércio e Comunicações.

Art. 6.º Imediatamente após a publicação do presente decreto a Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos procederá do modo seguinte:

1.º Organizará no prazo de dez dias uma lista, por ordem de antiguidade, de todos os engenheiros civis de 1.ª classe que satisfaçam ao disposto nos n.ºs 5.º e 6.º do artigo 3.º, indicando os nomes dos directores gerais, ou chefes de serviço, sob cujas ordens os mesmos tenham anteriormente servido;

2.º Convidará a junta médica do Ministério a proceder dentro do prazo de quinze dias ao exame dos candidatos às promoções.

Art. 7.º A lista elaborada pela Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, o resultado do exame médico e as informações colhidas nos termos do artigo 4.º serão submetidos à apreciação do Ministro do Comércio e Comunicações.

Art. 8.º Os candidatos que forem preteridos conservar-se hão ao serviço na sua actual categoria.

Art. 9.º O presente decreto entra imediatamente em vigor, revogando toda a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 8 de Setembro de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Eduardo Augusto Marques — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 18:853

Carecem de interpretação as disposições do decreto n.º 15:805, de 31 de Julho de 1928, no que diz respeito à aplicação à administração dos serviços do ensino nos distritos, a que por aquele diploma foi concedida autonomia, das disposições que pelo Governo sejam promulgadas sobre a administração dos serviços similares nos restantes distritos;

Atendendo a que o artigo 4.º do citado diploma consignou que aos institutos de ensino dos distritos cuja administração se descentralizou fôsse guardada organização igual às dos seus similares do continente, exceptuadas as modificações especiais que, em harmonia com as condições locais, mereçam aprovação do Governo mediante proposta das juntas gerais;

Atendendo a que, salvas circunstâncias excepcionais que a última parte do citado artigo 4.º deixa suficientemente acauteladas, as alterações introduzidas na administração dos serviços do ensino affectavam na maior parte dos casos a organização dos respectivos institutos ou influem no respectivo funcionamento;

Atendendo a que as disposições do artigo 4.º acima referido deixam transparente o objectivo de, ressaltadas circunstâncias locais de secundária importância, conservar aos institutos de ensino nos distritos autónomos uma identidade de feições com os correspondentes dos restantes distritos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As disposições legais e regulamentares adoptadas para a administração do ensino nos distritos do continente da República e no da Horta têm aplicação nos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada, com referência aos serviços similares.

§ único. Exceptuam-se das disposições do presente artigo as circunstâncias previstas pela parte final do artigo 4.º do decreto n.º 15:805, de 31 de Julho de 1928.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Setembro de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis António de Magalhães Correia — João Antunes Guimarães — Eduardo Augusto Marques — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

Direcção Geral do Ensino Primário

Decreto n.º 18:854

Atendendo a que, pelo disposto no artigo 3.º do decreto n.º 15:977, de 24 de Setembro de 1928, constituía encargo das corporações administrativas locais o custeamento das despesas de material e diversas das escolas normais primárias de Braga e Coimbra;

Considerando que as escolas do magistério primário criadas pelo decreto n.º 18:646, de 19 de Julho de 1930, substituíram na preparação do magistério primário as escolas normais extintas por aquele mesmo diploma;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O custeamento das despesas de material e diversas das escolas do magistério primário de Braga e Coimbra constituem encargo dos corpos administrativos locais, nos termos em que o definia em relação às extintas escolas normais primárias o artigo 3.º do decreto n.º 15:977, de 24 de Setembro de 1928, e a contar de 1 de Agosto de 1930, data desde a qual foram criadas aquelas escolas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 6 de Setembro de 1930. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa*

Oliveira — António Lopes Mateus — Luís Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luís António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Eduardo Augusto Marques — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.